

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **4001529-83.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Monitória - Prestação de Serviços**
 Requerente: **UNIMED SÃO CARLOS – COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA**
 Requerido: **SILVIA HELENA MACHADO e outros**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Luiz Maia Santos****Vistos.**

Unimed São Carlos – Cooperativa de Trabalho Médico ajuizou ação monitória contra **Silvia Helena Machado**. Alega, em síntese, que a requerida assinou instrumento de confissão de dívida e uma nota promissória em 20 de março de 2009, para quitação de diversas mensalidades e cheques sem provisão de fundos. O instrumento estipulou o pagamento de uma parcela de R\$ 105,20 e mais dez de R\$ 105,00, no entanto, a requerida não efetuou o pagamento. O valor atualizado do débito perfaz R\$ 4.240,33, já com atualização monetária, juros, custas e honorários de 20%, até 24 de setembro de 2013. Pugnou pela constituição do título executivo judicial. Juntou documentos.

A autora postulou a inclusão do no polo passivo, como devedores solidários, de **Elaine Aparecida Machado Agostinho** e **Carlos Alberto Machado**.

Silvia Helena Machado foi citada e opôs embargos monitórios. Pediu a concessão da gratuidade processual e arguiu, em preliminar, a ilegitimidade passiva dos demais requeridos, porquanto devolveram os cheques, tendo a autora os liberado de qualquer obrigação. Informou que era segurada da autora e sua filha nasceu de parte cesárea no dia 03 de setembro de 2008. Dias antes do parto a autora informou que o procedimento de parto não estava coberto pelo plano. Por isso, a requerida solicitou aos irmãos que emitissem cheques para caução, em razão de futuro e suposto procedimento cirúrgico. Depois disso, a requerida assumiu a dívida, representado pelo instrumento que embasa esta monitória, em 20 de março de 2009. Diz que a autora efetua cobrança sem que apresente os custos do procedimento junto à Maternidade. Ademais, defendeu que se tratou


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

de ato de emergência, o qual está abrangido por exceção legal, daí a improcedência da monitória.

Elaine Aparecida Machado Agostinho e Carlos Alberto Machado foram citados e também embargaram. Pediram a concessão da gratuidade processual. Alegaram, em síntese, ilegitimidade passiva, pois a confissão de dívida foi firmada apenas por **Silva Helena Machado**. Informaram que os cheques oferecidos em caução para futuro parto da irmã foram devolvidos pela autora, em razão da renegociação da dívida. Defendem a novação. Apresentou na mesma peça reconvenção, pedindo indenização por danos morais.

Estes requeridos, posteriormente, recolheram as custas processuais e desistiram do pedido reconvenicional. Deferiu-se a gratuidade processual a **Silvia Helena Machado**.

Conciliação infrutífera.

A autora foi intimada e juntou documentos, com oportunidade de manifestação dos requeridos, ora embargantes.

Encerrada a instrução, as partes apresentaram alegações finais.

É o relatório.

Fundamento e decido.

Os embargos monitórios são procedentes.

Verifica-se que **Silvia Helena Machado** assinou nota promissória e instrumento particular de confissão de dívida, em 20 de março de 2009, admitindo ser devedora da autora, relativamente a procedimento médico e cirúrgico na Maternidade São Carlos (fls. 42/44). Embora neste documento conste que o procedimento se deu em 02 de outubro de 2008, na verdade, o parto a que foi submetido a requerida ocorreu no dia 03 de setembro de 2008, data da internação (fls. 303/307).

Analisando-se as guias de solicitação de internação (fl. 303) e de serviço profissional e auxiliar de diagnóstico e terapia (fl. 304), verifica-se que o *caráter da internação* foi assinalado pela letra U, que representava *urgência*, e não pela letra E, que aludia a *eletiva*. Basta conferir os itens 22 das referidas guias.

É certo que, no item 26 de fl. 303, relativo à *indicação clínica*, está escrito "Cesárea eletiva a pedido". No entanto, não há esclarecimento se se tratou de cesárea a


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

pedido do médico ou da paciente. De todo modo, diante do fato de haver sido assinalado que o caráter da internação e da solicitação de exame era mesmo o de *urgência*, a dúvida deve ser solucionada em favor da consumidora, haja vista a inequívoca relação de consumo entre as partes.

Cabia à requerida demonstrar que o procedimento de cesárea foi normal, ou seja, que não decorreu de urgência, para então defender a incidência do prazo de 300 dias de carência, contados do início de vigência do contrato, em 1º de fevereiro de 2008 (fls. 271 e seguintes). E bastaria, para tanto, juntar aos autos declaração médica relatando o fato. Como isso não aconteceu, presume-se mesmo ter sido um procedimento de urgência.

Nessa linha de raciocínio, a Lei nº 9.656/98 dá guarida à tese dos embargos monitórios: *Art. 35-C. É obrigatória a cobertura do atendimento nos casos: II - de urgência, assim entendidos os resultantes de acidentes pessoais ou de complicações no processo gestacional.* Além disso, o próprio contrato firmado entre as partes, no artigo 41, § 1º, prevê: *As internações nos atendimentos de urgência/emergência decorrentes de acidentes pessoais e complicações no processo gestacional serão garantidas, sem restrições, após decorridos 24 horas da vigência do contrato, de acordo com a Lei 9.656/98.*

De outro lado, por mais que a improcedência da monitoria seja estendida em benefício aos demais demandados, reputa-se inafastável reconhecer a manifesta ilegitimidade passiva de **Elaine Aparecida Machado Agostinho** e **Carlos Alberto Machado**, pois o pedido está embasado num termo de confissão de dívida e numa nota promissória, que implicou novação, assinados apenas por **Silvia Helena Machado**.

Naquela oportunidade, ficou constando expressamente que os cheques dados pelos irmãos, como caução para efetivação do procedimento médico e cirúrgico do parto, foram devolvidos pela operadora do plano de saúde. Logo, os emitentes dos cheques naturalmente se desvincularam do débito, não havendo fundamento algum para que a autora, no curso da lide (fl. 104), postulasse a inclusão deles no polo passivo, sem ao menos aditar a inicial para acrescer fundamentos. Não há relação jurídica de direito material que os vincule.

Ante o exposto:



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

(i) julgo improcedente o pedido em relação a Silvia Helena Machado, extinguindo-se o processo, com resolução do mérito, com base no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil; condeno a autora ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, fixados em 15% (quinze por cento) sobre o valor corrigido da causa, de acordo com os critérios previstos pelo artigo 85, § 2º, do Código de Processo Civil;

(ii) julgo extinto o processo, sem resolução de mérito, por ilegitimidade passiva, em relação a Elaine Aparecida Machado Agostinho e Carlos Alberto Machado, com fundamento no artigo 485, inciso VI, do Código de Processo Civil; condeno a autora ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, fixados em 15% (quinze por cento) sobre o valor corrigido da causa, de acordo com os critérios previstos pelo artigo 85, § 2º, do Código de Processo Civil

Publique-se e intime-se.

São Carlos, 05 de abril de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**